



O Ideário Patrimonial О идеарио

*As Várias Facetas Patrimoniais:
do Abstracto ao Concreto*

**SERVIÇOS EDUCATIVOS E PATRIMÓNIO LOCAL:
CONSTRUÇÃO DE MODELO
FORMATIVO TEÓRICO-CONCEPTUAL NO
INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO**

**EDUCATIONAL SERVICES AND LOCAL HERITAGE:
MODEL BUILDING
THEORETICAL-CONCEPTUAL TRAINING AT THE
POLYTECHNIC INSTITUTE OF VIANA DO
CASTELO**

Recebido a 17 de janeiro de 2021
Revisto a 30 de janeiro de 2021
Aceite a 16 de março de 2022

Gonçalo Marques

Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Viana do Castelo
Investigador do CITCEM, Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e
Memória»

gmaiamarques@ese.ipvc.pt

Fernando Santos

Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Viana do Castelo
Investigador do CITCEM, Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura,
Espaço e Memória»

fess@ese.ipvc.pt

Joana Oliveira

Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Viana do Castelo
CEAUP, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto

joanaoliveira@ese.ipvc.pt

Raquel Leitão

Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Viana do Castelo
Investigadora do CIEC, Centro de Investigação em Estudos da Criança

raquel.leitao@ese.ipvc.pt



Resumo

No ano letivo de 2019-2020, a Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo lançou uma nova oferta formativa – o curso técnico superior profissional em Serviços Educativos e Património Local, com o objetivo de dinamizar uma área científico-pedagógica de inegável importância no trabalho em Educação, nomeadamente em contextos não formais, ligados à dinamização – e potencialização – dos recursos patrimoniais das comunidades locais, nas suas várias formas, partindo os autores e proponentes desta oferta formativa de três premissas fundamentais: 1 – que a Educação, além de uma Missão, é um Serviço prestado aos outros; 2 – que o Património se cruza com a Educação numa conceção abrangente e holística, capaz de envolver as ciências sociais e naturais, além de outras áreas do conhecimento; 3 – que a formação de nível superior em Serviços Educativos associados ao Património Local (começando com este curso no nível “de base”) deve ser uma aposta a aprofundar, havendo um lugar epistemológico e conceptual para esta formação, no quadro das profissões do presente e do futuro. Pretende-se que este artigo possa promover uma reflexão acerca do contributo da formação inicial para a intervenção no âmbito dos serviços educativos e património, bem como da necessidade de alinhamento conceptual neste domínio e de problematizar as prioridades formativas das instituições de ensino superior.

Palavras-chave: Formação Superior; Intervenção Educativa; Património

Abstract

In the academic year 2019-2020's, the Higher School of Education of the Polytechnic Institute of Viana do Castelo launched a new training offer - the professional higher technical course in Educational Services and Local Heritage, with the objective of boosting an undeniable scientific-pedagogical area importance in the work in Education, namely in non-formal contexts, linked to the dynamism - and potentialization - of the patrimonial resources of the local communities, in its various forms, starting from the authors and proponents of this training offer of three fundamental premises: 1 - that Education, in addition to a Mission, it is a Service



rendered to others; 2 - that Heritage intersects with Education in a comprehensive and holistic conception, capable of involving the social and natural sciences, in addition to other areas of knowledge; 3 - that higher education training in Educational Services associated with Local Heritage (starting with this course at the “basic” level) should be a bet to deepen, with an epistemological and conceptual place for this training, within the framework of the professions of the present and the future. It is intended that this article can promote a reflection on the contribution of initial training to intervention in the context of educational services and heritage, as well as the need for conceptual alignment in this area and to question the training priorities of higher education institutions.

Keywords: Higher Education; Educational Intervention; Heritage

Resumen

En el año académico 2019-2020, la Escuela Superior de Educación del Instituto Politécnico de Viana do Castelo lanzó una nueva oferta de formación: el curso técnico superior profesional en Servicios Educativos y Patrimonio Local, con el objetivo de impulsar un área científico-pedagógica de innegable importancia en el trabajo en educación, incluidos los contextos no formales, vinculados al dinamismo y potencialización de los recursos patrimoniales de las comunidades locales, en sus diversas formas. Los autores y proponentes de esta oferta de formación parten de tres premisas fundamentales: 1 - que la Educación, además de una Misión, es un Servicio prestado a otros; 2 - que el Patrimonio se cruza con la Educación en una concepción global capaz de integrar a las ciencias sociales y naturales, además de otras áreas del conocimiento; 3 - que la formación en educación superior en Servicios Educativos, asociados con el Patrimonio Local (comenzando con este curso en el nivel “básico”) debe ser una apuesta para profundizar, y que existe un lugar epistemológico y conceptual para esta formación, en el marco de las profesiones del presente y del futuro. Se pretende que este artículo pueda promover una reflexión sobre la contribución de la formación inicial a la intervención en el contexto de los servicios educativos y el patrimonio, así como la necesidad de un ordenamiento conceptual en

esta área, y también cuestionar las prioridades de formación de las instituciones de educación superior.

Palabras clave: Educación superior; Intervención educativa; Patrimonio

Résume

Au cours de l'année académique 2019-2020, l'École Supérieure d'Éducation de l'Institut Polytechnique de Viana do Castelo a lancé une nouvelle offre de formation: *le Cours Technique Supérieur Professionnel en Services Éducatifs et Patrimoine Local*. Ce dernier a été créé dans le but de dynamiser un domaine scientifique et pédagogique de grande importance dans le travail de l'Éducation, notamment dans des contextes non formels, lié au dynamisme et au potentiel des ressources patrimoniales des communautés locales et ce sous ses différentes formes. Les auteurs et promoteurs de cette offre de formation sont partis de trois constats fondamentaux: 1 - l'Éducation est un service rendu aux autres; 2 - le patrimoine recoupe l'Éducation dans une conception globale et holistique, capable d'impliquer les sciences sociales et naturelles, en plus d'autres domaines de connaissance; 3 - la formation de l'enseignement supérieur aux services éducatifs associés au patrimoine local devrait être un pari à tenir, avec une place épistémologique et conceptuelle pour celle-ci, dans l'optique des métiers du présent et du futur. Ainsi, il est prévu que cet article puisse favoriser une réflexion sur la contribution de la formation initiale à l'intervention dans le contexte des services éducatifs et du patrimoine, ainsi que la nécessité d'un ajustement conceptuel dans ce domaine. Il conviendra alors de problématiser les priorités de formation des établissements d'enseignement supérieur.

Mots clés: Enseignement supérieur; Intervention éducative; Patrimoine



1. Preâmbulo

No quadro de um reforço e atualização da sua oferta formativa, a Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC) decidiu apostar – com início no ano letivo de 2019/2020 – numa nova oferta formativa que se consubstanciou no lançamento de um Curso Técnico Superior Profissional (CTeSP) em Serviços Educativos e Património Local, totalmente inovador no quadro nacional – e mesmo internacional – com o objetivo de dinamizar uma área científico-pedagógica de inegável importância no trabalho em Educação, tantas vezes remetida para um injusto “acantonamento” no quadro orgânico e funcional das funções dos municípios, fundações e instituições com uma missão cultural e educativa essencial para o desenvolvimento das comunidades.

Estas instituições de natureza pública ou privada que, tendo coleções, espólios de natureza diversa e espaços museológicos a seu cargo, nomeadamente em contextos pedagógicos, didáticos e educativos marcados pelo signo da não formalidade, e da dinamização – e potencialização – dos recursos patrimoniais das comunidades locais, nas suas várias formas e sentidos, acabaram por não conseguir fazer valer a força teórica e institucional de uma área de estudos e de profissionalidade, absolutamente relevante e central, como iremos sustentar ao longo deste artigo .

É um lugar comum dizer-se que “o caminho se faz caminhando”, mas, efetivamente, esta aposta já vem na sequência de uma visão global para o setor da Educação – não a acantonando a “guetos” e a territórios predeterminados – e a outros compromissos estratégicos da Escola Superior de Educação de Viana do Castelo (ESE-IPVC) com os seus parceiros privilegiados e meio envolvente. A título de exemplo, deve referir-se que, no ano letivo de 2018-19, esta instituição de ensino superior lançou, também de forma inovadora no país, uma oferta pós-graduada em *Educação, Ciência e Património Local* que, holística e plural face à interdisciplinaridade, desafiando as fronteiras entre o Humano e o Natural, se abriu à comunidade docente de Viana do Castelo, sob o signo da flexibilidade curricular sendo, aliás, pioneira nesta abordagem metodológica que se procura estruturante de uma pedagogia e didática

em que a proximidade entre aluno e professor seja efetiva e a construção de aprendizagens mais profícua. Acresce que este curso tem ainda a virtualidade de dinamizar – e qualificar – uma relação mais estreita entre os recursos patrimoniais do território vianense – desde logo o Geoparque Litoral de Viana do Castelo – e as diversas instituições educativas, culturais e sociais que se procura envolver numa dinâmica de responsabilidade social e comunitária na proteção e valorização de bens patrimoniais relevantes para a identidade e sentido de pertença a um território.

Esta experiência foi, por isso, muito importante para nos lançarmos num desafio – conjunto, coletivo – de construção de uma nova oferta formativa que venha responder aos desafios de um futuro cada vez mais interpelante e exigente, em matéria Educativa.

2. Conceptualização epistemológica da oferta formativa

A Comissão de Curso, constituída por docentes com formação de base nas áreas científicas das Ciências Sociais (História) e Naturais (Biologia) procurou materializar, do ponto de vista conceptual e de arquitetura curricular, uma formação dialógica e plural que procurasse operacionalizar, do ponto de vista da legislação nacional, o que fica sugerido na Lei de Bases do Património Cultural (Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro), nomeadamente no seu artigo 10º (nº 2), referente ao associativismo e à iniciativa cidadã de defesa patrimonial quando se diz que “para os efeitos da presente lei, entende-se por estruturas associativas de defesa do património cultural as associações sem fins lucrativos dotadas de personalidade jurídica constituídas nos termos da lei geral e em cujos estatutos conste como **objetivo a defesa e a valorização do património cultural ou deste e do património natural, conservação da natureza e promoção da qualidade de vida**” (sublinhado nosso, Lei 107/2001, p. 5810).

Partindo desta ideia central de articulação dos Patrimónios para uma melhor defesa e valorização da dimensão educativa e cultural desta formação – que se estruturou, pensou e operacionalizou, com uma matriz identitária de Educação, recorde-se – procuramos ter em conta

este desiderato que, aliás, estava já bem vincado nos nossos espíritos nas reuniões de trabalho que prepararam e anteciparam a construção do curso (Marques et al., 2018).

Nesses encontros, a leitura das declarações internacionais emanadas pela UNESCO – fundamentais para um olhar mais integrado, inter e pluridisciplinar que, enquanto grupo de trabalho (e futura Comissão de Curso, hoje em pleno funcionamento), estávamos interessados e desejosos de promover, primeiramente no Instituto Politécnico de Viana do Castelo, na Escola Superior de Educação e, do ponto de vista orgânico, no Grupo Disciplinar de Educação e Formação de Professores (EdProf) – levou-nos a olhar atentamente para a *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural* (datada de 1972, aquando da 17ª sessão, reunida em Paris), onde claramente se postula que: “**o património cultural e o património natural** estão cada vez mais ameaçados de destruição, não apenas pelas causas tradicionais de degradação, mas também pela evolução da vida social e económica que as agrava através de fenómenos de alteração ou de destruição ainda mais importantes” (Declaração¹, p. 1) e que o conjunto de monumentos – o conceito é aplicado a ambos os Patrimónios – classificados como Património Mundial integra “**uma lista dos bens do património cultural e do património natural** tal como definidos nos artigos 1.º e 2.º da presente Convenção”. Este entendimento tem cada vez mais cabimento em profissionais de ambos os lados das “barricadas” (Marques et al., 2018,) sendo que, recentemente, lemos em José Manuel Figueiredo Santos, sociólogo “a importância e o papel do património natural e, bem assim, do património cultural, na sociedade contemporânea, estão plasmadas na conversão desses mesmos patrimónios a lugares de experiência, como realidades vivas, cujo lento saborear só ganha um significado autêntico na sua relação com as pessoas e as comunidades” (Santos, 2017, p. 9).

Acresce que, no artigo 1º se definem como Património Cultural os *monumentos, conjuntos e locais de interesse* e no artigo 2º como Património Natural os *monumentos naturais, as formações geológicas e fisiográficas e os locais de interesse naturais* numa evidente afinidade e proximidade conceptual, apesar das naturais diferenças das disciplinas que na estão

¹ Declaração disponível em língua portuguesa em <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>

na origem e no ser. Foi esta formulação que nos desafiou a pensar uma formação que rompesse algumas tradicionais fronteiras - e “barreiras” - colocando colegas de diferentes formações de base (Ciências Sociais, Ciências Naturais, Ciências da Educação, Motricidade Humana, Língua e Cultura, Gestão Cultural e Matemática) num esforço coletivo e conjunto de rejuvenescimento estratégico e institucional, apontando para o Futuro e para as mais frutuosas lições do processo de Bolonha.



Figura 1 – Apresentação pública da Pós-Graduação em Educação, Ciência e Património Local no auditório da ESE-IPVC, com a presença do Ministro da Educação, do Presidente do IPVC, do Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo, do Diretor da ESE-IPVC e dos Diretores dos Agrupamentos de Escolas do Concelho de Viana do Castelo. Fonte: Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo.

Este curso teve ainda a grande vantagem de, do ponto de vista da genealogia epistemológica em contexto de formação superior, ter beneficiado de uma formação experimental que foi a Pós-Graduação em Educação, Ciência e Património Local, curso desenhado pela ESE-IPVC sob proposta do Município de Viana do Castelo e incentivo por parte do Ministério da Educação, e que iniciou o seu funcionamento no ano letivo de 2018-2019.

Como referem Leitão, Neves, Sá e Carvalhido (2018) no desenho do plano de estudos da referida Pós-graduação “(...) procurou-se uma estrutura assente em princípios de **educação transdisciplinar**, assumindo-se todas as componentes estruturantes da matriz curricular-base.

Optou-se pelo **foco simultâneo no património local e na ciência**, por se entender que desta interligação resultam abordagens articuladas e integradas ao currículo, **mobilizadoras das várias literacias** e que vão de encontro aos princípios referidos. **O património local, pelo seu enorme potencial enquanto recurso educativo**, sustentador de **práticas pedagógicas em ambiente natural, motivadoras, contextualizadas e que valorizam a identidade nacional**. A ciência, uma vez que na perspetiva educativa, tem um papel determinante no desenvolvimento de múltiplas competências que beneficiam quer o indivíduo, quer a sociedade como um todo (...)” (Leitão, Neves, Sá & Carvalhido, 2018, p. 6 – negritos nossos)”.

Tendo em conta esta experiência positiva e também esta perspetiva – e na linha de outros debates e reuniões de trabalho realizadas na ESE-IPVC com diversos membros da comunidade educativa (e.g., instituições, profissionais) – pareceu-nos que seria interessante aprofundar o trabalho formativo na área da Educação que, além de uma missão estruturante de qualquer sociedade, é também um serviço que se pode – e deve – prestar aos que dele mais necessitam. A Educação é – e será cada vez mais – essencial para compreender e construir o devir das sociedades e possibilitar a todos os indivíduos uma melhor qualidade de vida, num sentido global e integral.

Na verdade, se pesquisarmos, como tantas vezes fazemos nesta sociedade da informação, pelo termo “Serviços Educativos” nos principais motores de busca, vamos encontrar uma diversidade de oferta no conjunto de contextos previamente enunciados mas, curiosamente, muito pouca – ou quase nenhuma – reflexão teórica e/ou literatura científica sobre o assunto, a não ser estudos, mais centrados na ótica dos públicos ou das funções, do que propriamente da construção e conceptualização de modelos que possibilitem uma discussão académica – fundamental, quanto urgente e necessária – do assunto. Esta escassez de investigação que correlacionasse estes conceitos apresentou-se como um desafio, sendo que procuraram-se desenvolver esforços com o intuito de utilizar as experiências diversificadas dos docentes, bem como os fundamentos que orientam a intervenção da ESE-IPVC para identificar possíveis caminhos e prioridades. Todavia, torna-se necessário desenvolver um corpo de

evidências e conhecimentos próprio, alinhado com esta perspectiva, que possa facilitar reflexões futuras e a emergências de cursos similares.

Neste sentido, o objetivo deste artigo é relançar o debate teórico, epistemológico e conceptual em torno da importância dos Serviços Educativos como área formativa à qual o ensino superior politécnico deve prestar uma (re)nova(da) atenção e que, nos tempos próximos e futuros, deverá ser uma clara aposta num paradigma profissional muito mais focado nas competências que liguem o *saber* (científico e pedagógico) ao *saber-fazer* (conceptualização de estratégias educativas de “banda larga” para distintos públicos - escolares ou não - e motivações, incluindo as de visitação turística também) e ao saber ser (atitudes e valores cívicos e educativos de consciencialização e reflexão em torno da importância da herança cultural e natural na definição das nossas vidas e do nosso rumo enquanto comunidade – desde o local ao global). Por isso, o objetivo deste artigo é promover uma reflexão, assente na criação de um CTeSP em Serviços Educativos e Património Local na ESE-IPVC, acerca da importância de se orientar a oferta formativa para a natureza dinâmica das comunidades e alinhamento conceptual necessário a uma visão holística de educação.

3. Serviços Educativos: o que são?

Refletindo acerca das conceções prevalentes acerca dos serviços educativos, importa levantar uma série de questões: Onde se situam, epistemologicamente, os Serviços Educativos? No campo “puro e duro” das Ciências da Educação? Como “apêndice” da Museologia, das Ciências da Informação e da Documentação e da Pedagogia e Didática? Ou, pelo contrário, com uma voz própria e afirmativa que, de entre todas as anteriores, se impõe e se constrói na diversidade de olhares disciplinares e de métodos de trabalho pedagógico?

Uma rápida pesquisa no motor de busca “google” em torno da palavra “serviços educativos” resulta em cerca de 52 700 000 resultados (0,40 segundos) mostrando a vastidão de referências existentes em torno da matéria “latu sensu”. Se a pesquisa for direcionada para “serviços educativos Portugal” encontraremos cerca de 23 300 000 resultados (0,43 segundos). Já se a

opção for ainda mais restritiva do ponto de vista da unidade geográfica “serviços educativos viana do castelo” vamos encontrar cerca de 369 000 resultados (0,52 segundos). Estes dados preliminares possibilitam chegar a uma conclusão clara – trata-se de matéria vasta, geograficamente orientada e que precisa do Global e do Local – fundidos em Glocal – para se entenderem e articularem no apoio e serviço às comunidades humanas. Porque a Cultura, todos o sabemos, é o que caracteriza e distingue o ser humano no conjunto das restantes espécies existentes na natureza.

Entendemos Serviços Educativos, à semelhança de outros autores, como uma rede de significações coerente; no entanto, nem todo o público descodifica as múltiplas leituras que um objeto pode ter. Para isso existe um serviço especializado nos Museus que serve de elo de ligação entre os objetos expostos e o público visitante. Chama-se Serviço Educativo.

Desempenham funções de:

“(…) mediadores entre as instituições culturais, como museus, bibliotecas e arquivos, e os seus públicos. Têm como objetivo a apresentação ao público dos fundos e coleções, divulgando-as para lá do público específico de historiadores, críticos, artistas (...)” (Patrício, 2016, p. 1).

Esta perspetiva alia o conhecimento dos públicos, das suas necessidades e expetativas (que deve importar à Educação) à gestão das coleções (que é domínio da Gestão Cultural) até à sua divulgação (que importa aspetos comunicacionais e de empreendedorismo).

Esta função mediadora exige capacidade de (re)conhecimento do público com quem se vai trabalhar. Qual a sua faixa etária? Qual a sua ligação ao território? Qual o seu universo formativo e a sua mundividência? Todas estas perguntas podem e devem ser colocadas pelo profissional de Serviços Educativos e, por isso, a sua formação pode e deve ser abrangente num entendimento em “banda larga” que cruze Educação, Cultura e Sociedade. Este olhar cruzado vem responder, aliás, ao que os Estatutos da Escola Superior do Instituto Politécnico de Viana do Castelo defendem quando assumem que esta IES “ (...) tem como missão formar profissionais de excelência nos domínios da Educação, do Social e da Cultura, bem como produzir investigação associada aos ciclos de estudo e contribuir para a inovação educacional,

social e cultural da região em que se insere (...)” (artº 1º, nº 1) e ainda “ (...) formar cidadãos livres, criativos, críticos e solidários, com elevados níveis de competência, motivados e preparados para construírem a sua realização pessoal e profissional de modo ético e empreendedor (...)” (nº 2) e “ (...) prestar serviços à comunidade numa perspetiva de valorização e promoção recíprocas e de desenvolvimento da região onde está inserida (...)” (nº 6 – d).

Exige também uma comunicação clara e eficiente do que se pretende valorizar enquanto recurso patrimonial. E é por isso que entra em equação, num leque formativo mais abrangente, a importância da interpretação patrimonial e dos seus essenciais saberes (Matos, 2008). Sem a sua ativa e efetiva descodificação, uma parte substancial do esforço do serviço educativo perde-se em múltiplas tarefas burocráticas e em diversas “frentes de combate” como a preparação de exposições, publicações e seminários públicos de divulgação de projetos. Daí a necessidade de uma “âncora” sólida que, a nosso ver, poderá ser o entendimento, no longo prazo, de uma formação com um desenho pluridisciplinar deste teor.

O primeiro marco teórico relevante que poderemos elencar, no contexto de uma visão moderna do Património enquanto herança que precisa de ser conhecida e preservada é Alois Riegl, austríaco, historiador de arte e pioneiro da patrimoniologia, que deu à estampa, em 1903, o seu fundamental “Culto Moderno dos Monumentos” (Almeida, 1993). Depois de tantos “atentados” que nos séculos predecessores se tinham observado na gestão e reabilitação dos grandes monumentos históricos no espaço europeu (Choay, 2011), a comunidade científica começa a ter consciência da importância do (re)conhecimento dos estilos arquitectónicos, do olhar especial que merecia o património arqueológico (Matos, 2002), bem como da necessidade da conservação e do restauro do património imóvel no sentido da preservação a longo prazo e da sua valorização e uso social – além de fruição - do(s) Património(s).

Este trabalho surge na sequência de um século XIX em que se aprofundou a discussão de uma visão mais romântica e nacionalista das recuperações e reabilitações de conjuntos edificados e centros históricos que teve em Eugène Viollet Le Duc (1814-79) um expoente destacado. Le Duc propunha que, através do conhecimento da história da arquitetura, se pudesse

proceder a “reconstituições” dos edifícios tal como eles seriam num passado seminal. No caso português, este tipo de metodologia.

4. Prolegómenos dos Serviços Educativos e Património Cultural em Portugal

O primeiro museu nacional a ter apostado na instalação de um serviço educativo, nomeadamente numa dinâmica próxima de relacionamento com os contextos escolares foi, em 1953, o Museu Nacional de Arte Antiga (Figurelli, 2015). No Palácio das Janelas Verdes – como tantas vezes é designado na gíria – João Couto e Madalena Cabral criam o primeiro Serviço Educativo em Portugal, dando impulso a uma nova era e uma nova ambição nos museus nacionais (Moura, 2011). Nessa época, uma pequena equipa de mulheres pioneiras, essencialmente autodidatas, orientadas e dirigidas por Madalena Cabral, acolhia alunos e professores e mediava a coleção de belas artes (Moura, 2011).



Figura 2 – Primeiro serviço educativo do país a funcionar no Museu de Arte Antiga. Fonte: Blog Religionline. Fonte: Obtida na <http://religionline.blogspot.com/2015/03/in-memoriam-madalena-cabral-porto-1922.html> [consultada em 1 de Novembro de 2019].



Figura 3 – Madalena Cabral elaborando materiais para o Serviço Educativo do Museu Nacional de Arte Antiga. Fonte: Blog Religioline. Fonte: Obtida na <http://religionline.blogspot.com/2015/03/in-memoriam-madalena-cabral-porto-1922.html> [consultada em 1 de Novembro de 2019].

Este precursor e inovador trabalho levado a cabo no Museu Nacional de Arte Antiga por Madalena Cabral possibilitou o desenvolvimento de uma primeira “escola” informal de Serviços Educativos em Portugal que, efetivamente, só seria reconhecida pelo próprio museu em 1982, quase trinta anos depois (Leal, 2007, p. 32).

No ano de 1967 realiza-se, em Portugal, precisamente no Museu Nacional de Arte Antiga o primeiro seminário que se debruça sobre o tema “Museu e Educação”, organizado pela APOM/Associação Portuguesa de Museus. No ano seguinte, acontece o primeiro colóquio internacional organizado pelo ICOM/Conselho Internacional de Museus sobre a função educativa e cultural dos museus, em Moscovo (Leal, 2007, p. 34). No Porto, o Museu Nacional de Soares dos Reis tem pronto o “Serviço de Extensão Escolar”, em 1961, sendo na época diretor Manuel de Figueiredo. Pretendia despertar nas crianças o gosto pela observação das artes plásticas e a sua experimentação, num pequeno atelier infantil (Leal, 2007, p. 36).

O Serviço Educativo do Museu Calouste Gulbenkian foi criado em 1970, apesar de haver já experiência empírica desenvolvida no Palácio Marquês de Pombal, em Oeiras (1965-69), onde as peças eram explicadas ao público. A mudança para as novas instalações

proporcionou melhores condições. O primeiro público a ser recebido foi o escolar. Uma das razões para este facto é o espólio ser bastante abrangente e facilmente relacionar-se com programas curriculares do ensino. Ao longo de 35 anos o programa de atividades foi vastíssimo. Realizaram-se visitas orientadas, organizaram-se exposições, realizaram-se *rally-papers*, tendo sempre em vista educar para a arte e para a cidadania (Leal, 2007, p. 38). Deve sublinhar-se, igualmente, a criação, em 1984, do ACARTE, sob a direcção de Maria Madalena de Azeredo Perdigão, espaço para a criação artística, para a educação pela arte e para promoção de outras atividades culturais (Leal, 2007, p. 38).

Do ponto de vista legislativo é o Decreto-lei 863/76, de 23 de Dezembro que institui o Museu Nacional do Traje que, no seu artigo 2º, prevê a criação de um “sector de extensão cultural” que é o embrião da criação de um Serviço Educativo num Museu Nacional. Nos artigos 5º e 6º do mesmo normativo estão previstas as funções deste serviço especializado: “Art. 5.º Ao sector de extensão cultural compete, designadamente: a) A organização de visitas a exposições permanentes ou temporárias do Museu; b) A divulgação das coleções do Museu por meios gráficos, audiovisuais, exposições itinerantes e quaisquer outros; c) A realização de cursos, seminários, conferências e colóquios sobre a história e estética do traje e técnica dos tecidos. Art. 6.º O sector de extensão cultural do Museu presta toda a colaboração que for solicitada por estabelecimentos de ensino, associações culturais e demais entidades públicas e privadas”.

5. Construção de modelo formativo em Serviços Educativos no Instituto Politécnico de Viana do Castelo

Cientes da importância da área científico-pedagógica de Serviços Educativos, da sua identidade histórica e do seu enorme potencial futuro, a equipa de trabalho – correspondente aos autores deste estudo – que se lançou à concretização e operacionalização de um novo modelo formativo teórico-conceitual na área científica dos Serviços Educativos e Património Local para



o Instituto Politécnico de Viana do Castelo partiu de alguns pressupostos fundamentais que constituem, por assim dizer, os alicerces epistemológicos da estruturação deste curso. São eles:

1. A Educação é, além de uma missão fundamental ao desenvolvimento integral das sociedades, um serviço capaz de criar e potenciar talentos e capacidades das comunidades locais e das diversas organizações da sociedade civil que se interessam pela valorização e preservação do Património Local;

2. Entende-se por Património Local, como resultado de um cruzamento interdisciplinar², um conjunto abrangente e global de manifestações artísticas, culturais, naturais, biológicas, de natureza física ou social, percorrendo várias disciplinas e áreas de conteúdo e que representam o(s) saber(es) de uma comunidade humana em diálogo com o seu meio envolvente, suscitando a qualidade de vida (Almeida, 1993) e o sentimento de identidade e pertença (Marques & Barbosa, 2016). Esta visão integradora e federadora dos vários Patrimónios constitui a melhor forma de entender a riqueza e complexidade da Herança Cultural que recebemos dos nossos antepassados. É também um desafio para os profissionais do presente e do futuro olharem para o Património Local como uma pluralidade de recursos, de diversa índole, herdados de geração em geração desde tempos imemoriais, com o objetivo de serem preservados e projetados no futuro;

3. A construção de dinamização de um Serviço Educativo é um processo de natureza dialógica que implica, em primeiro lugar, a escuta ativa de todos os parceiros da comunidade local. Esta auscultação possibilita que o serviço seja construído “de fora para dentro”, tendo em conta as reais necessidades de informação e conteúdos – além do percurso interpretativo e, digamos, museográfico – conjugadas com atividades que estimulem o conhecimento de artefactos, objetos, ou meras ideias presentes num espólio ou coleção;

4. O profissional de Serviços Educativos tem uma identidade profissional própria. Nela se cruzam e articulam a Educação enquanto processo de construção e produto de concretização

² A própria equipa de trabalho do IPVC é composta por doutorados na área das ciências sociais e humanas (Gonçalo Marques e Olga Matos), na área das ciências físicas e naturais (Joana Oliveira), em estudos da criança (Raquel Leitão), além de muitos outros colegas, docentes do curso, que desde as áreas das Artes, às Ciências da Educação, à Motricidade, às Ciências Sociais e do Comportamento, às Línguas, entre tantas outras deram as suas ideias e contributos na construção do plano curricular final.

de algo que se quer comunicar. Mas também a Consciência Patrimonial e a ligação à comunidade local envolvente. Para que tal se desenvolva importa desenvolver profissionais capazes de dialogar com e nos contextos/comunidades de forma eminentemente reflexiva, o que facilitará a sua inserção bem-sucedida no mercado de trabalho.

6. Perfil Profissional

Pretende-se que o profissional deste curso apoie e participe em projetos e ações, de natureza educacional, que estimulem uma visão sustentável do Património e um sentido de pertença para as comunidades locais anfitriãs e para o público visitante, procurando dinamizar diferentes públicos e serviços educativos, nomeadamente junto de Áreas Protegidas, Geoparques, Geossítios, Centros Interpretativos, Museus, Casas-Museu e outros espaços de natureza educativa, com marcada vertente ambiental e cultural. Procura-se, também, interagir com as forças vivas locais e regionais, com o objetivo de potenciar e desenvolver recursos e estratégias que valorizem o território, as suas forças e os seus agentes e atores.

7. Competências

O Técnico Superior Profissional em Serviços Educativos e Património Local está qualificado para implementar atividades que promovam a valorização e a proteção do Património, aplicando conceitos teóricos e aprendizagens práticas e interdisciplinares, numa abordagem técnica com ênfase educacional. Deverão também demonstrar autonomia na implementação de atividades relacionadas com o Património Natural e Cultural em serviços de extensão educativa.



Figuras 4 e 5 – Participação das alunas do Curso de Serviços Educativos e Património Local numa visita de trabalho ao Centro de Interpretação de História Militar (à esquerda) e ao Centro Interpretativo do Castro de São Lourenço, em Esposende (à direita) em que alunas do curso são técnicas do Serviço Educativo. Fonte: Fotografias de Gonçalo Marques.

Como atividades principais, o curso procura inventariar recursos patrimoniais existentes nas comunidades locais, aplicando estratégias de valorização educativa dos recursos patrimoniais, comunicando saberes diversos que permitam o reconhecimento dos valores patrimoniais através de roteiros especializados/generalistas em torno do Património Natural e Cultural que dinamize diferentes públicos de uma forma abrangente, plural e interdisciplinar, nomeadamente junto de Áreas Protegidas, Geoparques, Geossítios, Centros Interpretativos, Museus, Casas-Museu e outros espaços de natureza educativa, com marcada vertente ambiental e cultural. Por outro lado, promover a exploração do espaço envolvente e o conhecimento e dinamização dos recursos patrimoniais.

As principais saídas profissionais são o desempenho de funções técnicas em Museus e Centros Interpretativos, Áreas Protegidas, Reservas Naturais e Centros de Monitorização e Interpretação Ambiental, Bibliotecas e Arquivos, Espaços Públicos e Privados de Cultura e Educação e Empresas de Serviços Educativos e prestação de serviços à comunidade.



Figura 6 – Pressupostos do modelo teórico-conceitual de formação implementado no curso. Fonte: Elaboração própria.

O presente diagrama (Figura 5) sintetiza alguns dos alicerces fundamentais desta oferta formativa, já elencados e explicados ao longo do presente artigo. O perfil de curso técnico superior profissional exige e demanda uma grande sensibilidade de aplicação às necessidades práticas - e também de enquadramento teórico - de dinamização de um serviço educativo, tendo em conta a sua profunda missão de valorização e interpretação do Património Local.



Figura 7 – Áreas científico-disciplinares do curso. Fonte: Elaboração própria.



Figura 8 – Reflexos do modelo conceptual na estruturação das unidades curriculares. Fonte: Elaboração própria.

8. Conclusões

As figuras acima apresentadas traduzem uma tentativa de sistematização do perfil do formando e das bases conceptuais do curso até à sua organização curricular. Pensamos que possa ser um exercício de análise importante e abrangente no quadro de uma reflexão fundamentada sobre o Futuro da Educação nas Sociedades Contemporâneas e na resposta a tantos devaneios tecnocráticos que, de uma forma mais ou menos organizada, tentam subjugar a sua área de influência a uma mera gestão do “expediente” em sala de aula. Nada mais errado. Nada mais injusto também.

Estando no seu primeiro ano de funcionamento, o Curso Técnico Superior Profissional de Serviços Educativos e Património Local é totalmente inovador no plano do ensino superior português e apresenta-se como uma oportunidade formativa aliciante numa visão da Educação - e, dentro desta, da Educação Patrimonial no seu sentido mais amplo e dos Serviços Educativos que lhe servem de veículo e suporte – como uma missão e serviço comunitário que promova o desenvolvimento regional e local, interligando distintas áreas do saber, num desenho holístico, singular e que coloca o IPVC na dianteira da formação educacional virada para o futuro.

Este diálogo ativo, ao longo de todo o ano letivo de 2019-2020, acompanhou a necessidade institucional do IPVC de projetar esta formação para lá das “fronteiras” inicialmente definidas e do seu “território natural” de afirmação e crescimento, pensando-se com grande afincamento numa maior ligação à dinâmica regional que possibilite a construção de instrumentos de trabalho (livros e *ebooks*, guias de boas práticas, materiais interativos e físicos, construção de um laboratório de serviços educativos, possibilidade de dinamização de aplicações - apps e realização de consultoria científica aos museus, centros interpretativos e espaços naturais, sociais e culturais que suporte o crescimento continuado desta formação ao longo dos próximos anos).

Estamos no começo do que nos parece ser uma promissora e importante caminhada, não apenas do ponto de vista da estratégia institucional da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo – e do IPVC no seu sentido amplo – mas igualmente de um



debate epistemológico que nos deve fazer questionar a importância cada vez maior da Educação, do Património e de uma visão integrada do indivíduo, da sociedade e das comunidades na (re)interpretação da(s) Sociedade(s) do Futuro. Esperamos que este breve artigo possa contribuir para esse caminho.

Referências

- Almeida, C. A. F. de (1993). O Património: Riegl e Hoje. *Revista da Faculdade de Letras (FLUP)* X, II, 407-416. Obtido na <https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/5694>.
- Choay, F. (2011). *As Questões do Património: Antologia para um Combate*. Lisboa: Edições 70.
- Dias, S. (2014). *Programação em artes performativas para idosos nos serviços educativos das redes culturais*. Dissertação apresentada à Escola Superior de Educação de Lisboa para obtenção de grau de mestre em Educação Artística, na especialização de Teatro na Educação. Obtida na <https://repositorio.ipl.pt/handle/10400.21/4214>.
- Duarte, A. & Victor, I. (1996). Os Serviços Educativos e as actividades de extensão cultural nos museus: o caso dos museus municipais de Setúbal. *Cadernos de Sociomuseologia, (Actas V Encontro Nacional Museologia e Autarquias)*. Lisboa: Universidade Lusófona, 8, (8), 83-98. Obtido na <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/283>.
- Figurelli, G. (2015). Os serviços educativos em museus portugueses: uma contextualização histórica. *Cadernos de Sociomuseologia, (Novos Desafios para a Museologia Social)*, Lisboa: Universidade Lusófona, 50 (6), 115-135, Obtido na <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/5260>.
- Fróis, J. P. (2019). The Emergence of Museum Education in Portugal: Madalena Cabral and the National Museum of Ancient Art. *Boletim MNAA*, 4, 69 e ss. Obtido na http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/BoletimdoMuseuNacionaldeArteAntiga/Vol4/Fasc03/Fasc03_mast/BoletimdoMuseuNacionaldeArteAntiga_V4_Fasc03_Jan-Dez1960.PDF.

- Leal, V. (2007). *As Artes Plásticas como actividade lúdica no espaço museal. Estudo de Caso: “Manhãs no Museu”, realizadas no Museu de Arte Sacra, do Funchal*. Dissertação de Mestrado em Museologia apresentada à Universidade Lusófona. Obtido na http://www.museologia-portugal.net/files/upload/mestrados/vanessa_leal.pdf.
- Lei 107/2001, de 8 de Setembro (*Lei de Bases do Património Cultural*). Obtido na <https://dre.pt/pesquisa/-/search/629790/details/maximized>.
- Leitão, R., Neves, Luísa & Carvalhido, R. (2018). Educação, Ciência e património local: conceptualização de um curso de pós-graduação para professores. *I Encontro em Património, Educação e Cultura*. Castelo Branco: Instituto Politécnico de Castelo Branco. Obtido na http://epec.ipcb.pt/docs/resumos_final.pdf.
- Marques, G. & Barbosa, I. (2015). Identidade local e descoberta do Património no dia-a-dia. *II Seminário Internacional de Educação Patrimonial: Contributos para a construção de uma consciência patrimonial*, 261-284. ISBN: 978-989-8525-43-7. Braga: Centro de Investigação em Educação, Universidade do Minho.
- Marques, G. (2016). Dinâmicas patrimoniais e enoturísticas no Entre Douro e Minho: responsabilidade social e participação comunitária. In Talavera, A. S., Cordeiro, Gonçalves, E. & Perez, X. P. (Eds) *Governança e Turismo*, 281-300. ISBN: 978-972-9048-73-9. Maia: Instituto Universitário da Maia e CEDTUR.
- Marques, G. et al. (2018). Interdisciplinary Curricular Approach in the Planning and Teaching of Cultural Heritage – Project in a Higher Education Polytechnic Institution, Northern Portugal. *Journal of Social and Political Sciences*. Asian Institute of Research 1 (4), 506 – 514. doi: [10.31014/aior.1991.01.04.38](https://doi.org/10.31014/aior.1991.01.04.38).
- Matos, O. (2002). *Subsídios para a história da valorização do património arqueológico em Portugal*. Dissertação de Doutoramento em Letras, área de História (Arqueologia) apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Obtido na <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/580>.

- Matos, O. (2008). Valorização de Sítios Arqueológicos. *Praxis Archaeologica*. 3, 31-46. ISSN: 1646-1983 [Consultado em Outubro de 2013]. Obtido na www.praxisarchaeologica.org/issues/PDF/2008_3146.pdf
- Moura, C. (2011). *O Pulsar de Meio Século (1953 – 2011): Historial crítico sobre os Serviços Educativos dos Museus do Estado*. Comunicação proferida em Encontro do ICOM, em linha. Obtido na http://icom-portugal.org/multimedia/CECA_Catarina%20Moura_2011_O%20Pulsar%20de%20Meio%20S%C3%83%C2%A9culo.pdf [Consultado em 1 de Novembro de 2019].
- Patrício, S. (2016). Os serviços educativos e os arquivos. *Ibero-Jornadas de Arquivos Municipais: reinventando os Arquivos do século XXI*. Obtido na http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/Eventos/jornadas%20iberoamericanas/ams_sandrapatricio.pdf.
- Santos, J. F. (2017). *Património e Turismo: o Poder da Narrativa*. Lisboa: Colibri.
- Silva, V. & Filipe, S. (2010). Olhar a animação, visando serviços educativos para as literacias e competências de informação. *Actas do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (Políticas de Informação na Sociedade em Rede)*, 10, 1-15. Obtido na <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/217>

